

## INTRODUÇÃO:

A Amazônia Legal corresponde a mais da metade do território nacional. Reunindo os Estados e Territórios do Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Acre, parte do Maranhão, parte de Goiás, Amapá e Roraima, são aproximadamente cinco milhões de quilômetros quadrados que representam cerca de cinquenta e nove por cento da área total do país. As pesquisas realizadas até agora revelam que a Amazônia é um manancial de recursos minerais de todo o tipo e apresenta grande potencial para o desenvolvimento de atividades agrícola, pecuária, madeireira, pesqueira e de mineração.

Seu território é secularmente habitado por povos indígenas que lutam para sobreviver ao avanço da "civilização branca". A população indígena tem sido dizimada ao longo do tempo, apesar de sua resistência e luta.

A história da Amazônia está marcada por várias tentativas de ocupação por parte do governo, das grandes empresas transnacionais e pelos capitalistas nacionais do Sul. Depois dos ciclos da borracha entre 1850/1912 e 1912/1920 a região passou por um período em que não recebeu nenhum investimento para a exploração das riquezas minerais. Esse período é conhecido como uma fase de estagnação econômica, embora seus habitantes continuassem desenvolvendo atividades extrativas agrícolas, garimpo e pesca de pequeno porte.

Nos últimos vinte anos de regime autoritário, a Amazônia voltou a ser objeto de grandes projetos e de grandes planos. O projeto Jari, a Transamazônica e Carajás são apenas alguns exemplos.

A Amazônia tem sido pensada, basicamente, como potencial a ser explorado e a isso se tem chamado de integração à economia nacional e mundial. A estratégia básica poderia ser definida como **integrar para explorar**. Dentro dessa ótica, tanto as populações locais como o meio ambiente têm sido vistos como fatores secundários, subordinados às necessidades da "ocupação" que visa extrair da Amazônia suas riquezas. Nesse sentido, a Amazônia tem sido objeto permanente de uma ação econômica exploradora, espoliativa e depredadora que cresce na mesma medida em que a capacidade técnica de "explorar" e "integrar". E esta tem avançado a passos largos: a aviação, a fotografia via satélite, a telecomunicação, colocaram o conhecimento dos recursos naturais da Amazônia ao alcance das grandes empresas e do governo.

Por outro lado, o conhecimento científico e a capacidade técnica para operar transformações no meio ambiente em larga escala colocaram a região ao alcance tanto da conservação como da destruição ainda neste século. Segundo pesquisas realizadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, até 1976, 7,7 milhões de hectares da Amazônia Legal já tinham sido desmatados. Isto corresponde a uma área igual à metade do Acre ou 120% do Estado de Alagoas. Num trabalho de campo efetuado ainda em 1976, comprovou-se a utilização de desfolhante na devastação de florestas no Acre. Curiosamente isto ocorria na mesma época em que eram contrabandeados dos EEUU os excedentes do "agente laranja", substância tristemente conhecida pelo seu uso na guerra do Vietnã).(1)

Neste quadro, as populações locais estão sendo submetidas muitas vezes a processos de transformação que são definidos e decididos a nível nacional e/ou internacional, sem grandes possibilidades de conhecer, participar e intervir nos planos, projetos e programas que se "abatem" sobre suas vidas e suas áreas.

## I. OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

Recuando no tempo, para uma melhor visão histórica, alguns momentos importantes do processo de transformação da região Amazônica merecem destaque.

Em 1942, o Governo Federal criou o Banco de Crédito da Borracha S.A. demonstrando pela primeira vez preocupação e interesse por aquela área. Motivado pela demanda advinda do mercado internacional em decorrência da II Grande Guerra, a ordem era aumentar a produção do látex.

Em 1945, ao findar a Guerra, e por causa da borracha produzida pela Malásia, o Brasil perde sua posição no mercado mundial.

Em 1950, o Banco de Crédito da Borracha S.A. passa a ser o Banco de Crédito da Amazônia S.A., e amplia o seu raio de ação para atender, agora, a uma preocupação pelo menos formal de que havia uma necessidade de "dinamizar e diversificar as atividades produtivas a partir da introdução de novas atividades econômicas, agrícolas, pecuárias e até industriais." (2)

Em 1953, criou-se dentro deste mesmo espírito a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que tinha como missão "incentivar o capital privado misto ou em consórcio com os órgãos públicos empenhados na realização de empreendimentos constantes no plano de valorização econômica da Amazônia." (3)

Com a construção da rodovia Belém-Brasília (1957-1960) se visualiza o primeiro esforço concreto de penetração da selva amazônica, e que deu lugar a um tipo de migração muito diversificada. Começam a fluir na região trabalhadores à procura de terra para garimpagem e empresas em busca de minérios. Porém, é só a partir da década de 60 que o Estado assume seu papel de agente econômico, impulsionando a "integração" amazônica ao processo de desenvolvimento capitalista que se vivenciava no Brasil como um todo.

A partir de 1964, através de diversos planos e projetos de colonização, esta política "integracionista" é colocada como um problema de consolidação da Segurança Nacional. Esta visão levava em consideração duas questões essenciais:

- 1) A necessidade de preencher o vazio demográfico da região, que constituía uma preocupação para as autoridades governamentais, dado o fato de a Amazônia Legal ter territórios fronteiriços com vários países da América Latina. Preencher este vazio significava "criar" condições de defesa para as nossas fronteiras.
- 2) Os núcleos de conflito social - especialmente do Nordeste - na luta pela posse da terra constituíram outro determinante fundamental da política governamental. A idéia de que a colonização da Amazônia serviria como válvula de escape a estes conflitos estava sintetizada no "slogan" oficial: "para os homens sem terra do Nordeste, as terras sem dono da Amazônia".

Conseqüentemente, no decorrer de 1966 o Governo lança a "Operação Amazônia". Esta Operação constitui um "conjunto de leis, medidas e providências, visando desenvolver a Amazônia, ocupá-la e fortalecê-la economicamente" (4).

Em 27/10/66, através da Lei 5.173, a SPVEA é transformada na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM; enquanto isso em

28/09/66 o Banco de Crédito da Amazônia S.A., através da Lei 5.122, transformara-se em Banco da Amazônia S.A. (BASA). Esses dois órgãos do Governo Federal passaram a se constituir nos principais instrumentos para a formulação e adoção de políticas econômicas na Amazônia.

Durante o Governo do General Médici (1969 - 1974) promulga-se o decreto de criação do PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL - PIN - (julho de 70) com o objetivo explícito de alocar recursos para a construção de eixos rodoviários como a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém (primeira etapa), assim como de outras obras de infra-estrutura em áreas de atuação da SUDENE e SUDAM. Se reservava, ainda, a faixa de terra de até 10 quilômetros, à esquerda e à direita das novas rodovias onde se assentariam novos colonos efetivando-se a distribuição de lotes e a exploração produtiva da terra (5).

As políticas e planos deste período devem ser estudadas com especial cuidado, já que se combinavam nesta época os discursos retóricos com o máximo de repressão política e transnacionalização da economia.

Na verdade, a construção da Transamazônica encerrava a proposta implícita de evacuar as populações famintas do Nordeste a fim de não ter que fazer quaisquer mudanças na estrutura fundiária daquela região. Os problemas sociais eram deslocados e isolados, como a melhor maneira de conservar a estrutura de dominação política e econômica vigente no Nordeste. Pretendia-se "salvar" uma situação social crítica a partir de um deslocamento populacional. A Transamazônica, unindo o Nordeste com a região Norte, passaria a conectar "o deserto árido ao deserto úmido" visando um "desenvolvimento" que, paradoxalmente, ligava a "miséria com a pobreza" (6).

Entretanto, cabe ressaltar que o lema que sintetizou esta política no período Médici "para o homem sem terra do Nordeste a terra sem homens da Amazônia", não é inovador. Já em 1877, o Imperador Pedro II oferecia traslado gratuito para os atingidos pela seca no Nordeste até os portos de Belém e Manaus. Como se pode observar a intenção se mantém através do tempo: trata-se de mudar as aparências para conservar a essência das estruturas de dominação.

Paralelamente, também em julho de 1970, cria-se o INCRA com dois objetivos principais expressamente declarados: "promover e executar a reforma agrária" e "promover, coordenar, controlar e executar a colonização". Este órgão ficava com a responsabilidade principal de proceder aos assentamentos dos camponeses nas terras devolutas acima citadas. Na prática, a atuação do INCRA focalizou-se quase exclusivamente na colonização da região Amazônica, levando para essa região em torno de 400 mil colonos entre os anos de 1970 e 1974 (número calculado a partir dos dados do censo).

Nesse mesmo ano (1970), é implementado um conjunto de normas que visavam impulsionar a entrada do capital nacional, estrangeiro ou associado na região. Todo projeto de investimento apresentado por parte das empresas que tivessem interesse em efetuar investimentos nas regiões declaradas prioritárias pela SUDAM contava - entre outras - com as seguintes vantagens (7):

- Isenção de 50% de pagamento de seu imposto de renda devido à Receita Federal, pelas atividades desenvolvidas até esse momento;
- Fornecia 75% do montante total necessário para o novo investimento.
- As empresas ficavam isentas por 10 ou 15 anos do pagamento do Imposto de Renda sobre os lucros auferidos a partir do novo empreendimento (Lei 5.508/68).

- Isenção do Imposto de Exportação (para alguns produtos da região) e de importação (para máquinas e equipamentos que não tivessem similares no mercado nacional, com destino a estes projetos).

Enquanto, por um lado, estava se promovendo o assentamento de colonos, por outro lado, era implementada uma série de programas visando objetivos ambíguos ou até contrários aos da colonização. O governo central elabora gradativamente diferentes programas, como o estabelecimento da Zona Franca de Manaus, o POLOAMAZÔNIA e o POLONOROESTE.

Nos decretos de criação destes planos registra-se uma retórica comum a todos eles: a intenção de promover o desenvolvimento econômico equilibrado da região Amazônica, tanto industrial como agropecuário, que deveria gerar um crescimento de renda intrarregional, aumentando a oferta de emprego e apontando para a melhoria das condições de vida da população local e/ou migrante. No entanto, os planos oficiais devem ser analisados mais pelo que não explicitam, do que por aquilo que anunciam retoricamente.

O capital subsidiado pelos incentivos fiscais gerou um tipo de industrialização com utilização de modernas tecnologias caracterizadas pela pouca utilização de mão-de-obra. A maioria das indústrias que se estabeleceram no local eram filiais de empresas estrangeiras ou nacionais da região Sudeste. Assim, a renda gerada pelas atividades eram evacuadas para as matrizes das empresas, estabelecendo-se também uma dependência no processo produtivo de insumos importados (estrangeiro ou do centro-sul).

Os financiamentos outorgados para incentivar as atividades agropecuárias privilegiaram aos latifundiários e aos grupos econômicos que se assentaram na região. O PROTERRA adjudicou só 2% dos seus recursos para facilitar a compra de terras pelos "trabalhadores sem terra". Entretanto, 75% era destinado ao financiamento de melhorias nos próprios latifúndios que iam ser expropriados.

O PROTERRA também ressuscitou o pagamento em dinheiro das indenizações por desapropriação de terras, contradizendo o estabelecido nas leis que vigoravam na época e que propiciavam o pagamento em títulos da dívida pública (8).

O INCRA também foi gradativamente se adaptando às mudanças da política oficial para a Amazônia. Um dos fatos principais foi a prioridade dada aos colonos sulistas na hora de adjudicação e titulação de terras nos projetos integrados de colonização em lugar dos migrantes nordestinos que até então tinham se beneficiado com terras, principalemnte no Pará. O argumento oficial era a suposta atividade predatória realizada pelos nordestinos que não saberiam conservar o solo.

Com esta medida a colonização perde uma de suas justificativas sociais (beneficiar os nordestinos) e volta-se cada vez mais para o objetivo de gerar lucro através dos sulistas, sem que se realize nenhum esforço em nivelar os nordestinos aos sulistas em termos de conhecimentos técnicos e de capitalização.

A área de Mato Grosso, principalmente, é entregue às colonizadoras particulares, visando também a exploração capitalista e não ao atendimento das demandas sociais como se dissera nos primeiros discursos.

Para institucionalizar esta nova etapa, que relegava definitivamente a um segundo plano a colonização oficial, foi criado o POLOAMAZÔNIA, como parte do IV PND (Plano Nacional de Desenvolvimento).

Em abril de 1971, declaram-se indispensáveis à "segurança nacional" as terras devolutas situadas na faixa de 100 quilômetros de largura de cada lado do eixo das rodovias estendendo assim a faixa de 10 quilômetros iniciais do PIN. Porém se for comparada a grande disponibilidade de terras com o número de assentamentos de colonos projetados nos planos oficiais, a colonização ficou abaixo das expectativas geradas. O fluxo migratório atraído à região pela própria propaganda oficial, transformou-se assim, em grande parte, numa massa itinerante à procura de terra e trabalho.

Uma suposta "atividade predatória" dos colonos nordestinos no tratamento do solo foi o argumento levantado pelos órgãos governamentais para justificar o privilegio dado, a partir de 1974, aos colonos sulistas, teoricamente mais preparados e às grandes empresas de colonização particular. A colonização oficial foi relegada definitivamente para segundo plano.

Oficialmente declara-se a Amazônia região ideal para pecuária. O programa BASA (Banco da Amazônia S.A.) para os anos 1975 a 1979 outorgava 90% do crédito rural à pecuária que deveria trabalhar com projetos nunca inferiores a 25 mil hectares para serem aprovados pela SUDAM. Assim se legalizaram propriedades de milhões de hectares. (Ver item pecuária)

Por outra parte, o alastramento das áreas aplicadas à criação de gado prejudicou basicamente as comunidades indígenas e camponesas, que ficaram sem terra para expandir seus cultivos uma vez que os solos se esgotaram.

Os fazendeiros apropriavam-se assim destas áreas que eles denominavam de "terras sem dono", mas que na verdade constituíam o meio de subsistência dos indígenas e camponeses da região.

Completando o quadro, em abril de 1974, o próprio ministro da agricultura do general Geisel (Alysson Paulinelli) declarava publicamente ao jornal O GLOBO o propósito de convocar os capitalistas estrangeiros para a implantação das empresas agropecuárias. Levantava, ainda a possibilidade de participação de empresas estrangeiras com maioria acionária.

Agora, o grande capital - nacional e estrangeiro - subsidiado pelo próprio estado, poderá fazer sua entrada sem riscos na "clareira" aberta na mata. Os outros dois fatores - a terra e o trabalho - já estavam garantidos.

Assim, os projetos como Jari, Carajás, a colonização particular, as serrarias, os grandes latifúndios nacionais e estrangeiros, foram construindo um mapa onde os investimentos milionários convivem com a destruição da natureza.

O projeto POLONOROESTE, instituído a partir de 1981, andou na mesma senda. Contava entre os seus objetivos principais: a construção da estrada BR-364 (Cuiabá- Porto Velho), o favorecimento da integração e desenvolvimento da região junto com políticas de preservação do sistema ecológico e de proteção as comunidades indígenas. Entretanto, os últimos dois objetivos estariam longe de ser cumpridos. Em 1984, os grupos indígenas da região denunciavam o plano como o principal causador das agressões cometidas contra a comunidade. Novamente o conceito de "desenvolvimento" se apresenta como antagonico ao bem-estar dos setores mais marginalizados.

Sintetizando, pode-se dizer que, os interesses que definem os planos e projetos de desenvolvimento da Amazônia, se limitam a favorecer o grande capital agropecuário, madeireiro, minerador e industrial (na Zona Franca de Manaus).

A materialização destes interesses tem se efetivado - até o final do Governo Figueiredo - através de diferentes atores representados pelo governo federal, agências internacionais e latifundiários, donos de extensões de terras inimagináveis sob qualquer ponto de vista.

Acabou se reproduzindo assim, o mesmo esquema de concentração fundiária verificado em outras regiões do Brasil, dentro de uma região que possuía todas as possibilidades de desenvolver uma **via mais democrática** de organização fundiária.

A coincidência de interesses entre estes atores torna difícil distinguir os limites de suas iniciativas e seus respectivos campos de atuação: as grandes empresas são constituídas a partir ou com apoios generosos de subsídios da SUDAM, os projetos implementados pelo governo federal são definidos muitas vezes, e controlados, a partir do Banco Mundial, as pesquisas e prospecções minerais realizadas pelo governo são transformadas em projetos industriais das empresas mineradoras que recebem subsídios do governo para poderem existir.

Para começar a elucidar o problema, deve ser aqui introduzido um maior detalhamento do principal agente financeiro da nova região Amazônica que estava sendo produzida: o Banco Mundial.

## 2. PRINCIPAL AGENTE FINANCEIRO: BANCO MUNDIAL

Um estudo das Nações Unidas, "O Futuro da Economia Mundial", de 1977, previa que qualquer que fosse a variação nas taxas de crescimento da população mundial, elas não seriam capazes de impedir um crescimento extremamente agudo do total da população mundial entre 1975 e o ano 2.000, o que provocaria um crescimento também dramático na demanda de produtos alimentícios em escala mundial. Em relação aos minerais este estudo calculou um crescimento enorme no consumo mundial, entre 1985 e o ano 2000: a demanda de cobre crescerá 4,8 vezes; da bauxita e zinco 4,2; níquel 4,3; chumbo 5,3; minério de ferro 4,7; petróleo 5,2; gás natural 4,5; e carvão 5 vezes mais. Também estima que a humanidade consumirá nos últimos 30 anos deste século tanto mineral quanto o que se consumiu durante todos os anos anteriores da história da humanidade.(9)

Não seria possível separar estas conclusões sobre as necessidades da economia mundial, da política que o Banco Mundial recomenda para o Brasil. Isto se deduz claramente do conteúdo dos seus documentos e do conjunto de seus projetos, quando propõe como saída para o crescimento da economia brasileira-- eficiente e autossustentado-- "expandir a capacidade de exportar da indústria e da agricultura" como afirma o relatório do próprio Banco, já que "dado o grande potencial de contribuição da agricultura para o crescimento das exportações e substituição das importações, ajustamentos neste setor serão cruciais para a transição da estabilização para o crescimento"(10).

Segundo Hendrick Van Der Heijden, do Banco Mundial - Diretor da Divisão do Brasil - os desembolsos do Banco para o Brasil no ano de 1984 foram de US\$ 1,6 bilhões, quando a meta prevista era US\$ 1 bilhão. No ano de 1983 esses desembolsos atingiram US\$ 1,2 bilhões. Esses recursos foram aplicados em programas agrícolas e industriais, visando duplicar em cinco anos a capacidade de exportação brasileira (Folha de São Paulo. 01/01/84). É assim que o governo brasileiro tem incorporado como sua a estratégia de desenvolvimento do Banco Mundial para o Brasil.

Tanto o governo brasileiro (pelo menos até o Governo do general Figueiredo), através de seus programas ou pólos de desenvolvimento (PIN, PROTERRA, ZONA FRANCA, POLOAMAZÔNIA, POLONOROESTE), como o Banco Mundial e outros organismos internacionais, têm agido em função e em resposta a estratégias de desenvolvimento definidas a partir dos interesses das grandes empresas de mineração e agro-industriais (madeira, gado, produtos agrícolas) que atuam ou querem atuar na Amazônia. Nesse sentido a atuação do estado se concentra em construir rodovias, ferrovias, aeroportos, estabelecer redes de comunicação telefônica, atrair populações para determinadas áreas, estabelecer a ordem fundiária legalizando a propriedade privada sobre milhões de hectares que deveriam de direito pertencer à União ou servirem efetivamente ao assentamento dos milhões de famílias sem terra existentes no Brasil.

O tempo e a urgência desta atuação respondem por sua vez as pressões e demandas internacionais. O mercado mundial de cereais e de minerais administra o projeto da Amazônia. Define seu alcance e seu ritmo.

As avaliações das reservas e do crescimento do consumo mundial destes produtos não são infalíveis, mas são bastante sofisticadas e, neste sentido, a Amazônia é uma área tratada como reserva estratégica ativada na medida das necessidades do mercado mundial.

A capacidade de levantar os recursos a escala global e administrar o seu uso futuro dentro da lógica do capital mundial é um elemento central na análise da Amazônia como espaço de intervenção dos atores já mencionados que

hoje desenham o futuro da região.

O Projeto Carajás, elaborado pela Japan International Cooperation Agency (JICA) e adotado pelo governo brasileiro, ilustra essa capacidade e revela uma pequena parte dos recursos disponíveis para as grandes empresas: 18 bilhões de toneladas de minério de ferro, 60 milhões de toneladas de manganês, 1 bilhão e 200 milhões de toneladas de cobre, 40 milhões de toneladas de bauxita, 37 mil toneladas de cassiterita, ocorrência de ouro e 90 milhões de hectares para a exploração agropecuária (53 milhões no Pará, 31 milhões no Maranhão e 6 milhões em Goiás) (11).

O projeto Jari foi decisão de um Sr. Ludwig, que adquiriu ou se anoderou de um território igual ou maior do que o da Holanda para nele realizar o que bem entendeu enquanto foi possível. Esse projeto foi realizado por uma empresa estrangeira com o total apoio do governo federal sem que em nenhum momento tivesse sido invocada qualquer razão de segurança nacional.

Por mais que as grandes empresas e o Estado pretendam considerar este espaço como vazio, a realidade é que está habitado pelos povos indígenas, pelos trabalhadores da terra (colonos, pequenos proprietários, seringalistas e assalariados agrícolas) e seus atores políticos, e o menos que se espera da Nova República é que o destino da Amazônia seja definido em função dos interesses e das necessidades destes atores através de sua ativa participação.

**3. ANÁLISE DAS PRINCIPAIS DIRETRIZES QUE INFLUENCIARAM NA ATUAL CONFORMAÇÃO DA ESTRUTURA ECONÔMICA DA REGIÃO AMAZÔNICA:**

a) A colonização e sua influência na região

- A atuação do INCRA

Como já foi dito anteriormente, houve um período de aproximadamente sete a oito anos (1967 - 1974) durante o qual o Governo Federal lançou um plano de assentamento de colonos na região amazônica, através de várias modalidades. Previamente foi efetuada uma divisão do território amazônico em Projetos Fundiários (PFs) que tinham por finalidade criar as bases legais e judiciais para, a posteriori, efetivar a implantação dos colonos. O INCRA, através destes projetos, efetuava a discriminação da terra em área devoluta e área de domínio privado. Uma vez separadas as áreas, era efetuada a arrecadação da área devoluta em nome da UNIÃO e a titulação das áreas privadas. Assim, cada PF passou a controlar as regiões compreendidas na faixa de 100 quilômetros ao longo das rodovias federais dentro de seus projetos. Essas áreas variavam em torno dos 10.000.000 hectares para cada Projeto Fundiário.

Uma vez realizada a arrecadação, algumas terras eram licitadas a grandes empresas nacionais ou estrangeiras, que, como se verá depois, foram áreas imensas, e outra parte era destinada à colonização oficial e particular.

A colonização oficial era instrumentalizada dentro dos Projetos Integrados de Colonização (PICs) e Projetos de Assentamento Conjunto (PACs) para os quais eram encaminhados os colonos migrantes dos diversos estados. Supostamente, nesses projetos, encontrariam condições de assistência técnica, saúde, educação, infra-estrutura e logicamente terra para trabalhar. O mapa a seguir mostra a distribuição geográfica dos projetos de colonização.

MA - INCRA

DEPARTAMENTO DE PROJETOS E OPERAÇÕES - DPO  
DIVISÃO DE COORDENAÇÃO E INTEGRAÇÃO - DPI

PROJETOS DE COLONIZAÇÃO OFICIAL

- 1982 -



ESPECIFICAÇÕES

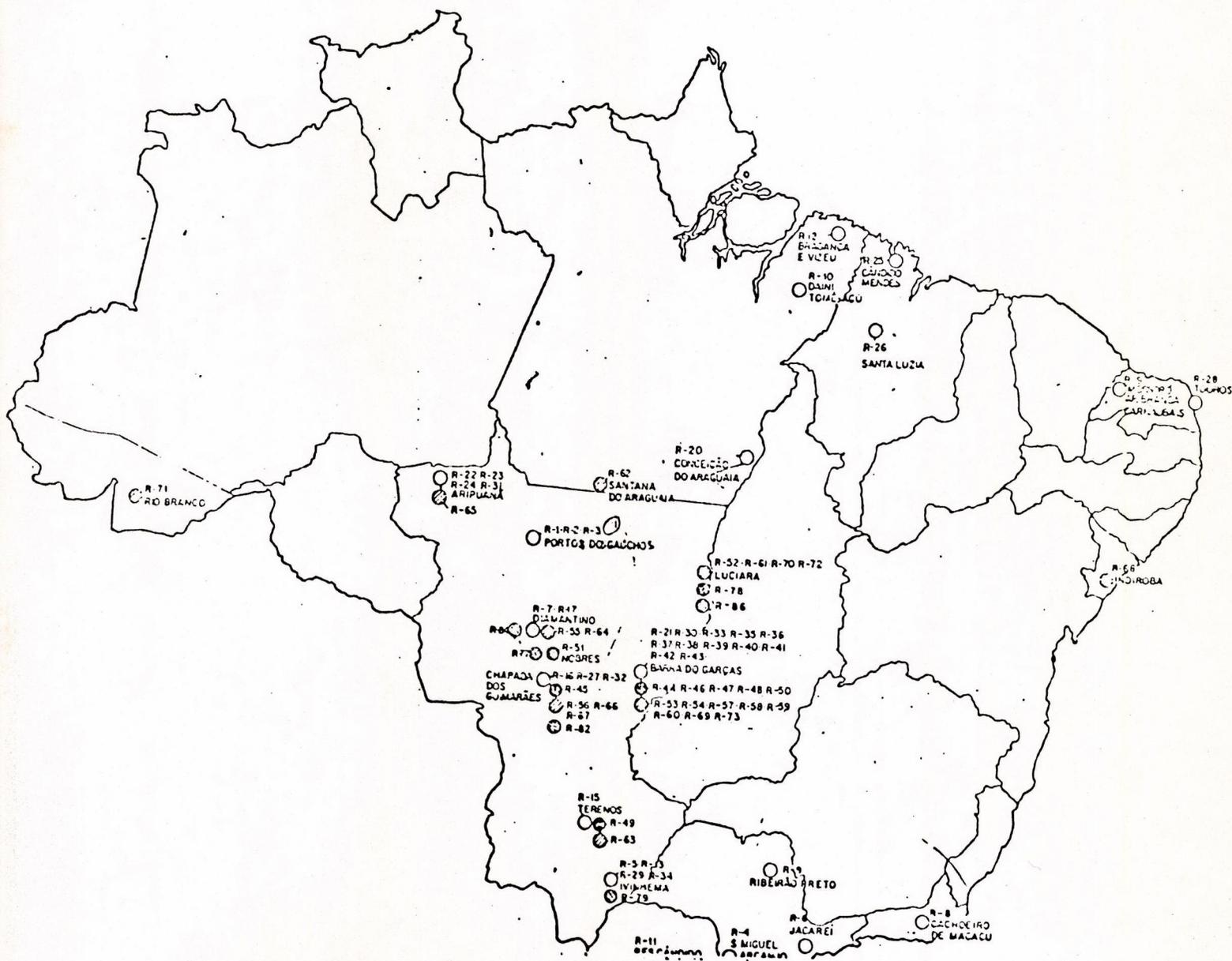
- 1 - PA PROJETO DE ASSENTAMENTO
- 2 - PAC PROJETO DE ASSENTAMENTO CONJUNTO
- 3 - PAD PROJETO DE ASSENTAMENTO DIRIGIDO
- 4 - PC PROJETO DE COLONIZAÇÃO
- 5 - PLA PROJETO ESPECIAL DE ASSENTAMENTO
- 6 - PEC PROJETO ESPECIAL DE COLONIZAÇÃO
- 7 - PIC PROJETO INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO
- 8 - PAR PROJETO DE ASSENTAMENTO RÁPIDO

LEGENDA

- △ - PROJETOS EM EXECUÇÃO - 46
- ▲ - PROJETOS APROVADOS A PARTIR DE 1979 - 20
- ✱ - PROJETO ASSUMIDO PELO GETAT

Como pode ser observado, a maior parte desses projetos está implantada nos estados de Pará, Amazonas e Rondônia. Entretanto, diversos estudos e pesquisas mostraram que a infra-estrutura oferecida aos colonos estava longe das expectativas criadas. Péssimas condições de saúde, quase nenhuma assistência técnica, escolas precárias, etc. Houve casos de regiões nas quais as pessoas morriam de malária pouco tempo depois de se integrarem nos projetos. Além disto a modalidade de organização assemelhava-se ao regime de uma prisão: militares e burocratas se apropriando de todas as instâncias técnicas e não técnicas, proibição de visitas de pesquisadores e agentes sindicais, repressão aos descontentes, etc.

A outra forma de "abrigar" os colonos foi através das colonizadoras particulares. O mapa que segue mostra sua localização.



## LEGENDA

Nº	UF	MUNICÍPIO	PROJETO	EMPRESA
1	MT	PONTOS DO GUAÇU	219 PLH METRO GLEBA AP 105	CONOMALI
2	"	"	69	"
3	"	"	79	"
4	SP	SÃO MIGUEL ARCANJO	FAZENDA DO FIMMAL	JAMIC
5	MT	IVINHEMA	N. R. VITICIA	SOMEÇO S A
6	SP	JACARÉ	COLÔNIA JACARÉ	JAMIC
7	MT	DIAMANTINO	GLEBA MASSAPÉ	IMCOL
8	RJ	CACHOLINHO DE MACACU	FAZENDA DO FUNCHAL	JAMIC
9	SP	RIBEIRÃO PRETO	N. C. GUATAPARA	"
10	PA	DARCI TOMÉ-AGU	COL DARCI TOMÉ-AGU	"
11	PR	RES. CÂNDIDO DE ABREU/GH RIOS	QUINHÃO N 6 DA FAZ. RIB. BONITO	MÁRIO DE MIRANDA
12	PA	BHAJANCA E VIZÉU	N. PITORÓ	CIDAPAR
13	MT	IVINHEMA	N. C. GLEBA AZUL	SOMEÇO S A
14	RR	CATANDUVAS	IBEMA	IBEMA
15	MT	TERENOS	FAZ. VARZEA ALEGRE	JAMIC
16	"	CHAPADA DOS GUIMARÃES	GLEBA CELESTE-1	SINOP S A
17	"	DIAMANTINO	GLEBA MASSAPÉ 2/3	IMCOL
18	FR	TIPACI	COLÔNIA SANTA MARIA	COL. SANTA MARIA
19	RN	MOSSORÓ/AREIA BRANCA/CARNAUBAIS	VILAS HORTAS E LAGOA DO BOQUEIRÃO	CIDA
20	PA	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	PAU DARCO	CID. TERRAS M. GERAL
21	MT	BARRA DO GARÇAS	CANARANA	COOPERATIVA 31 DE MARÇO
22	"	ARIPUANÁ	COLONIZA	COLONIZA
23	"	"	NÚCLEO ARIEL	RENDANYL
24	"	"	JURUENA	JURUENA
25	MA	CÂNDIDO MENDES	ALTO TURI	COLONE
26	"	SANTA LUZIA	PIONEIRO COLONIZAÇÃO	COMARCO
27	MT	CHAPADA DOS GUIMARÃES	GLEBA CELESTE-1 3ª PARTE	SINOP S A
28	RN	TOURÓS	LAGOA DO BOQUEIRÃO	CIDA
29	MT	IVINHEMA	GLEBA RURAL OURO VERDE	SOMEÇO S A
30	"	BARRA DO GARÇAS	ALTERAÇÃO DE PLANTA (P. CANARANA)	COOPERATIVA 31 DE MARÇO
31	"	ARIPUANÁ	ATA FLORESTA E FAPANATA	INDECO S A
32	"	CHAPADA DOS GUIMARÃES	GLEBA CELESTE 1ª E 2ª PARTE	SINOP S A
33	"	BARRA DO GARÇAS	AGUA ECA	COOPERATIVA 31 DE MARÇO
34	"	IVINHEMA	N. R. GLEBA SÃO PAULO	SOMEÇO S A
35	"	BARRA DO GARÇAS	CANARANA II	COOPERATIVA 31 DE MARÇO
36	"	"	AGUA BOA	"
37	"	"	CANARANA III	"
38	"	"	GARAPU	"
39	"	"	VALE DA SERRA AZUL	"
40	"	"	AREÍDES	"
41	"	"	GARAPU II	CONAGRO
42	"	"	GARAPU III	"
43	"	"	NOIDORI	CACIQUE EMPREEN. IMOB. LTDA
44	"	"	SERRA DURADA	CONAGRO
45	"	CHAPADA DOS GUIMARÃES	GLEBA CELESTE I 4ª PARTE	SINOP S A
46	"	BARRA DO GARÇAS	XAVANTINA	CONAGRO
47	"	"	TANGURO I	"
48	"	"	TABAJU	"
49	"	TERENOS	SEÇÃO "B" VARZEA ALEGRE	JAMIC
50	"	BARRA DO GARÇAS	AGUA BOA III	CONAGRO
51	"	NOBRES	SÃO MANUEL	TROPICAL
52	"	LUCIARA	BELEZA	VILA RICA
53	"	BARRA DO GARÇAS	NOIDORI II	CACIQUE EMPREEN. IMOB. LTDA
54	"	"	TANGURO II	CONAGRO
55	"	DIAMANTINO	MUTUM - 1ª ETAPA	MUTUM
56	"	CHAPADA DOS GUIMARÃES	SANTA FELICIDADE	RURAL S. C. LTDA
57	"	BARRA DO GARÇAS	SERRA AZUL	CORBRASA
58	"	"	ITAQUERÊ	BARRAFERTIL
59	"	"	CURVA	CODECO
60	"	"	KULUENE I	CONAGRO
61	"	LUCIARA	TAPIRAGUAIA I	CONFRESA
62	PA	SANTANA DO ARAGUAIA	CAMPO ALEGRE	CAMPO ALEGRE
63	MT	TERENOS	VARZEA ALEGRE - G/7	JAMIC
64	"	DIAMANTINO	MUTUM - 2ª ETAPA	MUTUM
65	"	ARIPUANÁ	JUINÁ I	CODEMAT
66	"	CHAPADA DOS GUIMARÃES	TERRA NOVA I	COOPERCANÁ
67	"	"	"	"
68	SE	INDIHOBA	FAZENDA SERGIPE	CENTRAL COOP. SERGIPE
69	MT	BARRA DO GARÇAS	ITAQUERÊ II	BARRAFERTIL
70	"	LUCIARA	SANTANA	VILA RICA
71	AC	RIO BRANCO	REDEÇÃO	COLONAGRE
72	MT	LUCIARA	SÃO MARCOS	VILA RICA
73	"	BARRA DO GARÇAS	COGAL - 1ª ETAPA	FAZENDA XAVANTINA
74	MT	ACRÉS	PACÓVAL	BARRAFERTIL
75	MT	LUCIARA	SANTA CRUZ	CORBRASA
76	MT	IVINHEMA	GLEBA GUIRÁ	SOMEÇO
77	"	CHAPADA DOS GUIMARÃES	TERRANVA II	COOPERCANÁ
78	"	DIAMANTINO	TAPIRAGUAIA I	TAPIRAGUAIA
79	MT	LUCIARA	PRONÓCIO	VILA RICA

Essas empresas praticamente passaram a se converter em "feudos" dentro dos quais seus executores dirigem todas as atividades dos colonos e até sua participação política.

Um exemplo típico do funcionamento destas empresas é o caso da SINOP (Sociedade Imobiliária do Norte do Paraná) que procedeu à implantação do seu projeto numa área de 645 mil hectares no norte do Mato Grosso. Os colonos que tiveram suas terras tituladas pelo INCRA, dentro desta área, eram obrigados a destinar parte dos seus lotes ao plantio da mandioca, que serviria como matéria prima para as atividades da Indústria Agroquímica de Álcool de Mandioca (de propriedade da colonizadora).

Assim ao mesmo tempo em que se outorgavam as terras aos colonos, limitava-se o direito sobre elas. A Colonizadora dificultava a todos aqueles que não se submetessem às suas exigências, o acesso às infra-estruturas criadas para a nova comunidade.

Também na região Norte atuam com características similares várias empresas colonizadoras particulares tais como a COOPERCANA (435 mil hectares), a INDECO (400 mil hectares), a CRALINDA (94 mil e 300 hectares) e o Projeto de Colonização COTRIGUAÇU (1 milhão e 400 mil hectares).

A maior parte dessas empresas estão localizadas em Mato Grosso (como pode se ver no mapa acima) região de terras melhores e de fácil acesso as rodovias. O mecanismo era mais ou menos este: comprava-se do INCRA terras baratas, exigia-se a construção de infra-estruturas e rodovias com o Estado, se efetuava o loteamento e finalmente vendia-se a preços altos as mesmas terras. Desta forma as empresas captaram uma renda fundiária, produto da especulação imobiliária, superior em alguns casos a 400% acima da taxa inflacionária.

Em cima desta experiência o Governo Figueiredo lançou a propaganda da maior Reforma Agrária do Mundo, já que teria entregado 1 milhão de títulos aos colonos. Mas, segundo alguns técnicos do próprio INCRA, esse número não passaria dos 150.000 nos vinte anos do regime militar, já que a contagem dos títulos esta duplicada e às vezes quadruplicada. Isto se explica pelo fato de serem levados em conta não só os títulos definitivos senão também as licenças de ocupação e os títulos provisórios. Na região amazônica esse número não chega a 70.000, como pode se ver na tabela que segue.

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	No.DE ASSENTAMENTOS ATE 1983
Acre	8.775
Rondonia	24.901
Amazonas	1.007
Roraima	2.023
Para	23.754
Maranhao	5.968
<b>TOTAL</b>	<b>66.428</b>

Para avaliar mais em profundidade o alcance da colonização pode ser de utilidade efetuar uma observação sobre as mudanças ocorridas na quantidade de colonos ocupantes (12) de terras na região Norte comparativamente com o saldo migratório na mesma década:

SALDO MIGRATORIO (EM FAMILIAS) (1) 1970 - 1980	NO.DE ASSENTAMENTOS ATE 1980 (2)	AUMENTO DA CATEGORIA DE OCUPANTES (EM FAMILIAS) (3) 1970 - 1980
213.160	37.955	63.595

NOTA: O item 1 tem como fonte o INCRA e os itens 2 e 3 são dados do Anuário Estatístico de 1982 (FIBGE)

Como se pode observar, o INCRA só conseguiu assentar 18% dos migrantes recebidos na região em dez anos. Entretanto, com base no aumento da categoria de ocupantes, deduz-se que aproximadamente 30% das famílias, que chegaram na região à procura de terra, passaram a engrossar o número de colonos na qualidade de posseiros, ou ocupantes, significando condições de instabilidade em relação à posse da terra, condições de produção primárias sem nenhum apoio do INCRA, etc.

Interessa ressaltar também que mais da metade do saldo migratório da região Norte (52%) - não tendo sido absorvido pela colonização oficial, nem estando ocupando terras no campo - provavelmente migrou para as cidades, contribuindo para o aumento do contingente de desempregados, morando nas já superpovoadas favelas dos centros urbanos regionais.

Vale dizer que, em proporção ao fluxo de famílias camponesas atraídas para a região pela propaganda oficial, o que se observa é um acréscimo de trabalhadores sem terra, à procura dos meios de subsistência para eles e suas famílias.

Porém, para aprofundar a análise deste processo, é necessário indagar acerca de quem estaria se apropriando dos benefícios da expansão da fronteira agrícola. O que vem acontecendo com o tamanho das propriedades? Qual a incidência dos programas oficiais nestas mudanças?

Os quadros detalhados a seguir poderão fornecer alguns dados a este respeito:

Análise dos Imóveis com mais de 10.000 hectares nos estados e territórios de Amazonas, Rondônia, Acre e Roraima.

ANO DE 1972			
UF	IMOVEIS CADASTRADOS	AREA (ha) ABRANGIDA	APROVEITAVEL NAO EXPLORADA (EM ha)
AM - RR	211	8.122.349	1.295.853,2 (16%)
RO - AC			

ANO DE 1978			
UF	IMOVEIS CADASTRADOS	AREA (HA) ABRANGIDA	APROVEITAVEL NAO EXPLORADA (EM HA)
AM - RR	634	32.717.821	9.953.278,6 (30%)
RO - AC			

Assim vê-se que a quantidade de hectares distribuídos em propriedades com tamanho superior a 10.000 hectares aumentou entre 1972 e 1978 em mais de 300% e o número de proprietários deste tipo de imóvel aumentou só em 200%. Observa-se assim uma dupla concentração: proporcionalmente maior número de hectares passaram a ficar em mãos de menor número de proprietários.

Além disso, a quantidade de hectares aproveitáveis para a produção agropecuária, mas que se encontram inexploradas, praticamente aumentaram sete vezes no decorrer dos seis anos analisados.

Paradoxalmente ao se analisar os dados levantados pelo IBGE para o período de 75 - 80, nos mesmos estados e para o mesmo tipo de propriedade os resultados são aparentemente opostos:

ANO DE 1975			
UF	NUMERO DE ESTABELECIMENTOS	AREA (ha) ABRANGIDA	APROVEITAVEL NAO UTILIZADA
AM - RR	85	6.354.927	124.465
RD - AC			

ANO DE 1980			
UF	NUMERO DE ESTABELECIMENTOS	AREA (HECTARES)	APROVEITAVEL NAO UTILIZADA
AM - RR	171	4.570.649	190.656
RD - AC			

Segundo estes dados o número de estabelecimentos com mais de 10.000 hectares aumentou em mais de 100%, mas a quantidade de hectares abrangidos por eles decaíram quase 40%. Também o aumento das terras aproveitáveis não utilizadas supera 50%.

Na verdade, os dados do IBGE são aparentemente contraditórios em comparação aos dados do INCRA. A explicação desta diferença reside nas diferentes categorias empregadas por ambas instituições para o levantamento no setor agropecuário: imóvel (INCRA) e estabelecimento (IBGE).

O "imóvel" é definido pelo INCRA como a terra pertencente a um mesmo dono que pode ou não estar sendo explorada. Pelo contrário, a categoria "estabelecimento", do IBGE, refere-se exclusivamente a todo terreno subordinado a um único produtor (aqui já não se leva em conta o proprietário da terra) no qual se processa efetivamente uma atividade agropecuária.

Logo, o que demonstram os dados do IBGE não é uma queda na quantidade de hectares distribuídos em estabelecimentos com mais de 10.000 hectares e sim uma queda na quantidade de hectares efetivamente explorados neste tipo de unidade agropecuária. Esta conclusão coincide com o já demonstrado pelos dados do INCRA, ou seja, que a região Amazônica reproduz e agrava os problemas de concentração fundiária do resto do país.

Um levantamento efetuado recentemente pelo INCRA constatou que nos estados de Rondônia, Acre, Amapá, Amazonas e Pará existiam 152 empresas e grandes latifundiários ocupando nada menos que 40.000.000 de hectares, com áreas individuais que variam desde um patamar mínimo de 20.000 hectares até um máximo de 4.300.000 hectares. A área total ocupada por essas fazendas equivale à superfície somada dos estados do Maranhão, Rio Grande do Norte e Paraíba ou quase o dobro do estado de São Paulo. Equivale também ao total de terra cultivada com lavouras no Brasil (50.000.000 hectares), só que essa terra é ocupada por milhões de estabelecimentos e não por 152 empresas, como no caso da Amazônia. A área da maior empresa existente nesta região (4.300.000 hectares) é semelhante à extensão do estado do Rio de Janeiro.

Entre os maiores proprietários encontram-se os seguintes:

PROPRIETARIOS	AREA QUE OCUPA (ha)	ESTADO
Pedro Aparecido Dotto	2.360.200	Acre
Wellington Quiles de Oliveira	1.438.965	Acre
Manoel Meireles de Queiroz	975.000	Acre
Tohoru Okayama	870.438	Acre
Jorge Wolmet Atalla	427.390	Acre
Colonizadora Agropecuaria SP Amazonas	300.000	Acre
Manasa Madeira Nacional S.A.	4.302.190	Amazonas
Aplub Agro Florestal Amazonia	2.245.622,5	Amazonas
Adalberto Cordeiro e Silva	1.382.134	Amazonas
Oscar Martinez	1.315.586	Amazonas
Mustafa Said	1.074.536	Amazonas
Rosa Lina Gomes Amora	584.157	Amazonas
Agropecuaria Rio Cajari S.A.	1.674.272	Para
Nicolau Lunardelli	928.858	Para
Agro Industrial do Amapa	540.613	Para
Companhia do Jari	445.183	Para

Por outra parte, as empresas parcelam suas propriedades para evitar ter que se submeter à aprovação do Senado e outras regulamentações que controlam o tamanho das propriedades. Assim se observa, por exemplo, que os 4.302.190 hectares de propriedade da Empresa MANASA MADEIREIRA NACIONAL S.A. encontram-se divididos em seis fazendas, todas elas localizadas no município de Lábrea (Amazonas). A APLUB Agro Florestal Amazônia S.A. dividiu seus 2.245.622,5 hectares em 24 fazendas, distribuídas nos municípios de Fonte Boa, Carauari e Juruá (Amazonas); a CIA.NORTE também distribuiu em 30 fazendas seus 331.148 hectares todas no município de Atalaia do Norte (Amazonas).

**LOCALIZAÇÃO DAS FAZENDAS DOS DEZ MAIORES PROPRIETÁRIOS  
DO ESTADO DO AMAZONAS**

PROPRIETARIO	AREA TOTAL (HAS)	No DAS FAZENDAS QUE POSSUI	LOCALIZAÇÃO
Manasa Madeira Nacional S.A.	4.302.190	6	Lábrea
APLUB Agro Florestal Amazonia S.a.	2.245.622,5	24	Fonte Boa, Carauari e Juruá
Adalberto Cordeiro e Silva	1.382.134	4	Boca do Acre e Pauini
Mustafa Said	1.074.536	12	Pauini
Mazih Hassan Elmadula	661.174	2	Carauari
Rosa Lina Gomes Amora	584.157	63	Lábrea
Jussara Marques Paes	432.119	1	Borda
Antonio Pereira de Freitas	414.306	10	Atalaia do Norte
Maderex Madeiras do Amazonas S.A.	362.490	4	Atalaia do Norte
CIA Norte	331.148	30	Atalaia do Norte
<b>T O T A L</b>	<b>11.789.876</b>	<b>156</b>	

Um exemplo referente à pessoa física são as 63 fazendas, todas elas situadas no município de Lábrea, de propriedade de Rosa Lina Gomes Amora e que abrangem 584.157 hectares. Esta é uma pequena amostragem de um fato que se repete quase permanentemente na observação sobre a distribuição de terras na Amazônia.

Efetuada uma análise dos 10 maiores proprietários de terra no Estado do Amazonas (cadastrados pelo INCRA) no ano de 1978, chegou-se às seguintes conclusões:

- os dez maiores proprietários de terra no Estado do Amazonas, detendo 11.789.871 hectares, distribuíram esta área em 156 fazendas;
- nessas 156 fazendas não se constata a existência de uma só cabeça de gado bovino; e
- que elas empregam um total de 313 pessoas, o que representa em média aproximada, 2 pessoas empregadas por fazenda, num território equivalente ao dobro do estado do Rio de Janeiro.

**CARACTERÍSTICAS DO USO DO SOLO NAS FAZENDAS DOS 10 MAIORES  
PROPRIETÁRIOS DO ESTADO DO AMAZONAS**

NOME DO PROPRIETARIO	AREA TOTAL (ha)	BOVINOS	PESSOAL OCUPADO
Manasa Madeira Nac.S.A.	4.302.190	0	68
APLUB Agro Florestal Amaz.S.A.	2.245.622,5	0	140
Adalberto Cordeiro e Silva	1.382.134	0	10
Mustafa Said	1.074.536	0	28
Mazih Hassan Elmadula	661.174	0	0
Rosa Lina Gomes Amora	584.157	0	24
Jussara Marques Paes	432.119	0	2
Antonio Pereira de Freitas	414.306	0	11
Maderex Madeiras do Amazonas S.A.	362.490	0	27
Cia.Norte	331.148	0	3
<b>T O T A L</b>	<b>11.789.876,5</b>	<b>0</b>	<b>313</b>

Vale dizer que nem foram atendidos os objetivos da SUDAM (no caso subsídio a compra de terras para pecuária) e tão pouco foram absorvidos fluxos migratórios de outras regiões.

Porém, estes resultados não são independentes da ação do governo na área. Existem variados exemplos da diferença entre o que se pregava e o que se fazia: no discurso se distribuía e na prática se concentrava.

O exemplo a seguir, no município de Araguaína (estado de Goiás), sobre distribuição dos projetos e dos créditos em função da área das propriedades, resulta em um demonstrativo de como a distorção observada na distribuição e utilização das terras, na região Amazônica, encontra-se diretamente relacionada com a política desenvolvida a níveis oficiais. Quarenta e nove projetos oficiais distribuídos em propriedades de diferentes tamanhos de área receberam em fevereiro de 1975 um total de financiamento de Cr\$ 18.934.336 (em cruzeiros de fevereiro de 1975), sendo que:

- Nas propriedades entre 0 e 99 hectares se concentravam somente 8 do total dos 49 projetos e 2% do total do crédito;
- Nas propriedades com mais de 1.000 hectares se concentravam 19 do total dos 49 projetos e 87% do total do crédito.(13)

Foi assim que a política fundiária decorrente dos planos governamentais gerou um verdadeiro vazio na região, caracterizada por uma pecuária extensiva e por grandes extensões de terras totalmente inexploradas (um emprego por cada 275 cabeças de gado).

Pode-se concluir, a partir do exposto, que o processo concentrador - tanto de renda, como de terra - são as verdadeiras causas do grande aumento de violência registrado na área.

O conflito pela posse e uso da terra adquire na região Amazônica características específicas e diferentes dos outros estados de fronteira mais antiga. A expansão da nova fronteira agrícola revela a existência de pelo menos três frentes diferentes (Muller). Existe a frente comercial, constituída basicamente por camponeses capitalizados e empresas agrárias vindas do Sul e do sudeste do país, que inicialmente se instalam no sul de Goiás e do Mato Grosso e posteriormente se dirigem para Rondônia e Acre. Atuam em função dos mercados do Sul do país e dependem do apoio do estado para a construção de vias de escoamento de sua produção (rodovias). A frente camponesa é formada por colonos pobres, vindos do Nordeste, do Maranhão, Espírito Santo e Minas Gerais. Trabalham a terra para extrair seu sustento e não dependem de vias de transporte nem estão ligados aos mercados do Sul. Esta frente se dirige para o norte de Goiás, sul do Pará e Amazonas. A frente especulativa é constituída por grandes capitalistas nacionais e estrangeiros que se alimentam do crédito e dos subsídios fiscais para acumular estoques de terras para fins especulativos. Esta frente colide frequentemente com a frente camponesa no norte de Goiás e no sul do Pará, provocando graves conflitos na luta pela posse da terra.

Esta seria então uma das explicações do alto índice de conflitos e mortes registrados no sul do Pará e Norte de Goiás.

O quadro, a seguir, mostra detalhes da evolução dos conflitos na região Amazônica reafirmando estas considerações:

Participação percentual da região Norte no total dos conflitos pela posse da terra registrados no Brasil 1971/1981

ANO	BRASIL QUANT.	REGIAO QUANT.	NORTE %
1971	109	30	27
1976	126	85	67
1981	896	514	57

FONTE: Revista da ABRA, Vol 14, no.01, pág.6 e 7, 1984

Como se pode observar, entre os anos de 1971 e 1976, o maior aumento proporcional de conflitos de terra no Brasil ocorreu na região Norte. Precisamente, quando tiveram maior incidência a política oficial de construção de obras de infra-estrutura e os incentivos aos grandes projetos agropecuários.

Dos 197 casos de mortes registrados em 1980 e 1981, 86% correspondem à Amazônia Legal. O Estado do Pará apresentou - em 1981 - o maior número de conflitos da região Norte (185 casos). Chama a atenção que o maior índice de ocorrência se verifica num Estado onde a Pecuária teve o maior impulso via incentivos oficiais.

Os dados mais recentes não indicam precisamente uma melhoria desta

situação: em 1984, 50% dos trabalhadores rurais assassinados no Brasil se encontravam na Amazônia Legal. Uma vez mais o Estado do Pará figura em primeiro lugar.

Entre 1980 e 1981, 40.079.893 hectares do território brasileiro se encontravam em litígio, 83% deles se concentravam nos estados do Maranhão, Pará e Rondônia.

Aparentemente, pelo modelo exposto, os migrantes sulistas que foram para Rondônia e Acre, teriam ficado à margem dos conflitos com a frente especulativa. No entanto, mesmo dentro de Rondônia e Acre, o processo de colonização, segundo mostram alguns trabalhos (14), teria se efetivado de maneira perversa atribuindo as melhores terras aos grandes grupos capitalistas em Rondônia e as piores terras aos colonos nordestinos na região do Pará e norte de Goiás. Assim, os pequenos produtores de Rondônia teriam ocupado terras de baixa fertilidade com poucas possibilidades de sucesso.

Todos estes fatores - apropriação das melhores terras em mãos dos grandes grupos capitalistas, expulsão dos posseiros no sul do Pará pelos grupos especuladores, entrega das terras do Mato Grosso a colonizadoras particulares - foram as fontes do conflito.

A propaganda oficial, incentivando a esperança de mudanças mais profundas na situação dos setores marginalizados da área rural, paradoxalmente deu impulso às lutas das famílias camponesas pela manutenção da posse da terra ou pelo acesso a ela.

Essas ações recebiam cobertura institucional de órgãos como o GETAT e o GEBAM que se converteram praticamente em órgãos repressivos desvirtuando os propósitos para os quais foram criados. José de Souza Martins (15) explica esse papel pela necessidade do Estado preencher o vazio político que se gerou com a decomposição das estruturas tradicionais de dominação antigamente representadas pelo colonialismo. As levas de colonos, que chegaram, ameaçaram potencialmente o poder local. Para abafar as revoltas foram desenvolvidas novas formas de dominação política e militar, agregando as forças dispersas do coronelismo (jagunços, gatos, etc) com as forças oficiais e com os técnicos do INCRA e dos órgãos como GETAT e GEBAM.

Em suma, os colonos foram iludidos com a promessa de terra e condições de trabalho. foram utilizados no desbravamento da selva. para a posteriori se converter em mão-de-obra desempregada a serviço das grandes empresas. Ou seja, realizaram uma grande obra para o capital, transformaram a selva em terra e as pessoas em mão-de-obra.

Pode-se dizer que, caso o processo da Reforma Agrária se efetive realmente, o conflito tende a se potencializar, com a entrada em cena também de vários atores novos: os posseiros e colonos empobrecidos de Rondônia e Acre, que começaram a migrar em busca de terras para Goiás e sul de Pará; os pequenos proprietários desalojados pelas barragens e garimpeiros de minas em processo de esgotamento.

#### - A Estrutura Agrária.

Com o intuito de determinar quais foram os efeitos dos grandes empreendimentos na estrutura agrária da região amazônica, foi efetuado um levantamento a partir dos dados do IBGE a fim de observar as variações ocorridas em áreas cadastradas e ocupadas com lavouras e pastagens (no período de 1975 - 1980). assim como sua distribuição por estratos de área.

Os quadros a seguir demonstram que, na região Norte, as áreas dedicadas à lavoura e às pastagens no período analisado tiveram um aumento proporcionalmente superior ao registrado no volume de áreas cadastradas.

## REGIAO NORTE - PERIODO 1975 - 1980

AREA (ha) CADASTRADA 1975	AREA (ha) CADASTRADA 1980	VARIAÇÃO %
32.615.962	41.559.417	+27

AREA (ha) DE LAVOURA PERMANENTE+TEMPORARIA		%	AREA (ha) DE PASTAGEM NATURAL + PLANTADA		VARIAÇÃO %
1975	1980		1975	1980	
1.252.194	1.991.119	+59	5.281.440	7.722.483	+46

Pode-se observar que, enquanto as áreas cadastradas da região Norte aumentaram em 27% nos cinco anos analisados, as áreas para lavouras e pastagens cresceram em 59 e 46% respectivamente. Mas, estas novas áreas foram sendo apropriadas rapidamente pelos grandes latifúndios reproduzindo o esquema concentrador que se registra no Brasil como um todo. A análise da distribuição destas áreas por tamanho dos estabelecimentos, efetuado sobre os dados do IBGE, ratificam esta afirmação:

## REGIÃO NORTE -- ANO DE 1980

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO DAS TERRAS PARA LAVOURAS E PASTAGENS POR ESTRATOS DE AREA	
	ESTABELECIMENTOS COM MENOS DE 100 ha	ESTABELECIMENTOS COM MAIS DE 100 ha
Acre	10%	90%
Rondonia	23%	77%
Roraima	1%	99%
Para	22%	78%
Amazonas	26%	74%
Amapá	9%	91%

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário de 1980.

As grandes propriedades detêm em média 78% da área total de lavouras e pastagens, ressaltando especialmente o caso de Roraima com 99% e o de Amapá com 91%. As tabelas abaixo discriminam a participação porcentual dos diferentes estratos de área no valor da produção total em cada Estado da região Norte:

ACRE (ha)	VALOR TOTAL DA PRODUÇÃO	PECUARIA %	LAVOURA %	OUTRAS ATIVIDADES %
ATE 100	39%	72	20	12
+ DE 100	61%	18	15	28

RONDONIA (ha)	VALOR TOTAL DA PRODUÇÃO	PECUARIA %	LAVOURA %	OUTRAS ATIVIDADES %
ATE 100	53%	7	33	13
+ DE 100	47%	16	24	7

RORAIMA (ha)	VALOR TOTAL DA PRODUÇÃO	PECUARIA %	LAVOURA %	OUTRAS ATIVIDADES %
ATE 100	18%	1	12	5
+ DE 100	82%	47	31	4

PARA (ha)	VALOR TOTAL DA PRODUÇÃO	PECUARIA %	LAVOURA %	OUTRAS ATIVIDADES %
ATE 100	68%	5	40	23
+ DE 100	32%	15	11	6

AMAZONAS (ha)	VALOR TOTAL DA PRODUÇÃO	PECUARIA %	LAVOURA %	OUTRAS ATIVIDADES %
ATE 100	80%	4	51	25
+ DE 100	20%	4	7	9

AMAPA (ha)	VALOR TOTAL DA PRODUÇÃO	PECUARIA %	LAVOURA %	OUTRAS ATIVIDADES %
ATE 100	49%	4	26	19
+ DE 100	51%	22	12	17

Como se pode observar, as propriedades com menos de 100 hectares em três dos seis estados analisados têm uma participação acima de 50% do valor total da produção da região Norte. No caso do Estado do Amazonas, as grandes propriedades que detêm 74% das áreas de lavouras e pastagens, contribuem

somente com 20% do valor total da produção.

No que concerne à pecuária, a participação das grandes propriedades é superior em todos os casos. Mas, comparando a quantidade de hectares destinados à pecuária com o valor da produção dos animais de grande e médio porte, nos dois tipos de propriedades analisados aqui, os resultados assinalam um rendimento muito maior nos estabelecimentos com menos de 100 hectares, conforme a tabela abaixo:

PECUÁRIA - RENDIMENTO POR HA - ANO DE 1980  
COMPARAÇÃO POR ESTRATO DE ÁREA

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	PROPRIEDADES ATE 100 HA (VP/HA)	PROPRIEDADES COM MAIS DE 100 HA (VP/HA)
Acre	4,04	0,4
Rondonia	2,6	0,5
Roraima	9,0	0,2
Para	4,0	0,6
Amazonas	8,0	0,5
Amapa	4,0	0,4

FONTE: Censo Agropecuário. FIBGE - 1980. Tabelas 16 a 32

OBS.: VP = Valor da produção

Com base nestes dados se deduz que a produtividade dos estabelecimentos de até 100 hectares - no ano de 1980 - foi em média 8 vezes superior à das maiores de 100 hectares. Destaca-se o caso de Roraima, onde as pequenas propriedades tem proporcionalmente um rendimento 45 vezes maior.

A superioridade dos pequenos estabelecimentos, no que se refere a uma maior produtividade da pecuária, é uma constante a todos os estados da região Norte. Ao exemplo de Roraima, segue-se o do Amazonas, com uma produtividade 16 vezes maior nos estabelecimentos com menos de 100 hectares. Vale dizer que os grandes estabelecimentos, registrando índices baixíssimos de produtividade, concentram a maior parte das áreas destinadas à pecuária (78%), o que estaria indicando a prática de um tipo de pecuária extensiva, caracterizando a utilização da terra com fins especulativos.

Os dados sobre a utilização das terras para lavouras - temporárias e permanentes - denotam semelhança com o referido à utilização das terras para pecuária:

- Em 1980, as pequenas propriedades, com uma área para lavoura 72% menor do que as grandes, contribuíam com um valor da produção em termos absolutos três vezes maior do que as grandes.
- No mesmo ano, constatou-se que as pequenas propriedades, em relação ao valor da produção, mostram um rendimento por hectare seis vezes superior aos das grandes propriedades.

A nível da evolução da produção agrícola na região Norte, constatou-se que os produtos básicos de alimentação, tais como arroz, feijão, mandioca, banana e milho, registraram um grande aumento na produção. Mas, comparando esta mesma produção com as áreas destinadas ao seu cultivo, verifica-se uma queda na produtividade, conforme tabela abaixo:

UF/PRODUTOS	QUANTIDADE PRODUZIDA POR HA EM 1973 (EM TONELADAS)	QUANTIDADE PRODUZIDA POR HA EM 1983 (EM TONELADAS)	TAXA DE VARIAÇÃO QUANT/HA 73-83
<b>RONDONIA</b>			
Banana	2,0	0,89	-1,25
Feijao	1,39	0,51	-1,73
Mandioca	22,74	16,81	-0,35
Milho	1,60	1,46	-0,10
<b>ACRE</b>			
Arroz	1,43	1,40	-0,02
Feijao	1,0	0,47	-1,13
Mandioca	10,2	16,60	+0,39
<b>RORAIMA</b>			
Arroz	1,0	0,7	-0,3
Mandioca	10,7	13,9	+0,23
Feijao	0,6	0,4	-0,5
<b>PARA</b>			
Arroz	1,3	1,35	+0,04
Banana	1,72	1,16	-0,48
Cana-de-açucar	22,98	33,35	+0,31
Pimenta-do-reino	4,5	1,6	-1,81
<b>AMAPA</b>			
Arroz	0,7	0,8	+0,13
Mandioca	10,52	9,24	-0,14

FONTE: Anuários Estatísticos do Brasil, 1975 e 1983. FIBGE. Foram escolhidos aqueles produtos que apresentavam a produção mais significativa para cada Estado.

Observa-se que 70% dos casos analisados no total dos estados apresentam um decréscimo na produtividade por hectare cultivado, apesar de ter apresentada um aumento na quantidade absoluta produzida. O Estado do Amazonas não foi analisado no quadro acima por tratar-se de um caso atípico:

- Dos produtos mais significativos, somente a mandioca, o milho e a pimenta-do-reino apresentaram crescimento de área e de produção. Entretanto, o arroz, o cacau e o feijão decresceram em ambos os itens. segundo tabela abaixo:

AMAZONAS - ANOS DE 1973/1983

PRODUTOS	VARIAÇÃO % NA AREA (ha) CULTIVADA	VARIAÇÃO % NA QUANTIDADE PRODUZIDA
Arroz	-28	-48
Cacau	-80	-57
Feijao	-32	-63

Em decorrência destes dados, observa-se que no caso do arroz e do feijão

a produção teve uma diminuição ainda maior do que a área, o que está indicando também uma significativa queda na produtividade destes cultivos. No caso da juta - produto natural da região - tanto a área, como a produção decresceram em 85% na década analisada.

No Estado do Pará, a castanha-do-pará (originalmente da região) passou de 26.830 toneladas em 1970 para 20.941 toneladas em 1980, como resultado do avanço da pecuária no Estado e cujas consequências já foram apontadas no presente trabalho.

O constatado aumento dos latifúndios e a sua baixa produtividade traz não só consequências econômicas, como também sociais, pois a concentração de terras ociosas implica na não absorção da mão-de-obra disponível, ao mesmo tempo em que provoca a expulsão dos camponeses para os centros urbanos.

Considerando os percentuais abaixo discriminados, verifica-se que em cinco dos seis estados analisados mais de 50% do pessoal ocupado na área rural concentraram-se nas pequenas propriedades:

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TOTAL DE PESSOAL OCUPADO NA AREA RURAL POR U.F.(%)	PESSOAL OCUPADO NAS PROPRIEDADES COM MENOS DE 100 ha	
		1970 (%)	1980 (%)
Acre	100	46	51
Rondonia	100	52	60
Amapa	100	75	65
Para	100	92	82
Amazonas	100	84	88
Roraima	100	28	30

FONTE: Censos Agropecuários do IBGE, 1970 e 1980.

Finalmente, comparando estes dados com os das tabelas anteriores, conclui-se que:

- Em 1980, no Estado do Amazonas, as pequenas propriedades detendo 26% das terras para lavouras e pastagens utilizadas no Estado, pequenas propriedades detinham 9% da área total de terras e contribuíam com 49% do valor total da produção e registravam 65% do pessoal ocupado.
- No Pará-- Estado com o maior peso nos projetos agropecuários-- as pequenas propriedades com 22% da área para lavouras e pastagens contribuíam com 68% do valor total da produção agropecuária e empregavam 82% do número total de pessoal ocupado.

Esta situação se refletia com maior ou menor intensidade em todos os estados, o que nos permite concluir que a política oficial de favorecimento aos grandes empreendimentos agropecuários só contribuiu para o aumento da concentração de terras com baixa ou nula produtividade. O elevado índice de produção dos pequenos estabelecimentos - que paradoxalmente receberam o menor volume de subsídios de créditos e de assistência técnica - líquida o argumento oficial da necessidade de estimular o surgimento de grandes propriedades para obter um aumento da renda geral da região.

#### b) O desenvolvimento da pecuária e as economias regionais

A partir de 1970 se observa um acelerado crescimento da atividade pecuária na região Amazônica, fundamentalmente no que se refere à criação de gado bovino, como se pode observar no quadro abaixo:

## EVOLUÇÃO DO REBANHO BOVINO NA REGIÃO NORTE: 1970/1980

	1970	1975	1980
Rondonia	23.125	51.404	250.000
Roraima	238.761	241.059	326.000
Amapa	64.990	61.879	52.000
Acre	72.166	118.456	298.000
Amazonas	263.487	196.834	350.000
Para	1.043.648	1.427.697	2.411.000
Total Norte	1.706.177	2.097.329	3.687.000
BRASIL	78.562.250	100.833.919	118.971.000

FONTE: FIBGE "Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1975" (Dados de 1960 a 1975) e FIBGE "Anuário Estatístico de 1983" (Dados de 1980)

Observa-se que o aumento no número de cabeças de bois da região Norte - entre os anos 1975 e 1980 - foi de 75%. Entretanto, no Brasil como um todo esta taxa de crescimento foi só de 18%. Esta diferença tão marcante tem sua explicação no contexto do processo de desenvolvimento que se vivia no Brasil. A evolução altamente favorável dos preços do boi para o corte a nível internacional - na década de 70 - somada à política de incentivos à exportação na procura de divisas para sustentar a etapa de industrialização acelerada, que marcou esta fase da economia brasileira, determinavam os rumos da política oficial para a Amazônia.

Em 1973, declarava-se oficialmente a Amazônia uma região "feita para a pecuária". O programa BASA para os anos 1975 a 1979 outorgava 90% do total de crédito rural à pecuária, que deveria trabalhar com projetos nunca inferiores a 25 mil hectares para serem aprovados pela SUDAM. Fixava-se como meta, até fins da década de 70, elevar a 5.000.000 de cabeças o gado bovino da região.

Dos fundos liberados pela SUDAM para o setor agropecuário até março de 1983, 82% se concentraram nos estados de Mato Grosso e Pará (locais de maior criação de gado bovino na área amazônica).

Este impulso oficial à atividade agropecuária facilitou em muitos casos o surgimento de novas grandes fazendas que - como já foi visto - não registravam nenhum tipo de criação de gado, apesar de terem recebido os créditos e incentivos com esta finalidade. Os próprios dados oficiais ratificam esta afirmação:

- Em 1980, mais de 40% da área destinada à pecuária na região Norte concentravam-se em estabelecimentos com mais de 10.000 hectares. Entretanto, eles contribuíam com apenas 15% do valor total da produção de animais de médio e grande porte, naquela região. (Dados IBGE - Censo Agropecuário de 1980).

Em 1978, uma pesquisa de campo efetuada no Nordeste do Mato Grosso (entre os Rios Xingu e Araguaia) com o intuito de determinar o estágio do desenvolvimento dos projetos pecuários financiados pela SUDAM na região,

constatou que, em média, atingiu-se apenas 40% do número de cabeças de gado projetado. A análise individual de cada projeto demonstra que só num caso houve coincidência entre o projetado e o atingido (Projeto Porto Velho, que superou as metas em 50%). Dos restantes num total de 17, 10 apresentaram uma percentagem de execução inferior a 30% do planeamento (16).

Por outro lado, sabe-se que, dependendo da qualidade das terras para as pastagens, varia a área necessária para manutenção e reprodução dos rebanhos. Na região Norte são necessários 2,6 hectares por cabeça de gado, no Nordeste 2,3 e no Sul 1,2.

Vale dizer que, apesar dos incentivos e da assistência técnica, a região Norte registra a capacidade mais baixa do país. (17)

Mesmo assim, em 1980, o aproveitamento desta capacidade estava 50% abaixo das possibilidades na área, observando-se uma média de 4,7 hectares por boi (Censo Agropecuário 1980), o que demonstraria também uma continuidade na prática da pecuária extensiva caracterizada pelo baixo rendimento por hectare.

Esta modalidade para a criação de gado-- também chamada de "livre pastoreio"-- demanda pouca mão-de-obra para se desenvolver, permitindo que somente 5 ou 6 homens possam cuidar de rebanhos de até 1.000 cabeças de gado (18)

Logo, os grandes contingentes de trabalhadores que foram deslocados para efetuar o desmatamento das áreas atingidas pelos projetos de pecuária eram posteriormente dispensados passando a engrossar o número de desempregados itinerantes na região. Entretanto, a escassa mão-de-obra empregada na atividade pecuária não é bem remunerada. Os donos das fazendas tentam reduzir ao máximo suas despesas em dinheiro dando aos vaqueiros, em pagamento, uma de cada 4 crias novas ocorridas por ano no rebanho. Mesmo assim, o vaqueiro fica obrigado a dar uma parcela do leite ao fazendeiro (19). Assim, o desemprego e o aumento da exploração da força de trabalho também caminham de mãos dadas na região.

Aos efeitos apontados até aqui deve-se acrescentar ainda as mudanças sofridas nas economias regionais devido ao desenvolvimento da pecuária. Uma pesquisa efetuada em 1980 relativa aos efeitos dos incentivos e financiamentos aplicados na formação de pastos na região do Médio Amazonas ao Pará, comprovou que os programas de crédito provocaram a desintegração da economia local existente, baseada na exportação de produtos naturais extraídos da região (especialmente a castanha-do-pará). Segundo esta pesquisa de campo a economia extrativa gerava mais renda e criava mais emprego do que os pastos que a substituíram (20).

A atividade pecuária na região se desenvolvia através de metodologias muito antigas baseadas na rotação sazonal dos rebanhos entre várzea e terra firme. Com isto, nas épocas de enchentes o gado era muito prejudicado ficando amontoado e mal alimentado nas escassas pastagens naturais de "terra firme" para onde eram levados no período das enchentes.

Os novos financiamentos visavam diminuir este problema com a criação de pastagens artificiais na "terra firme". As terras escolhidas com este objetivo pelos fazendeiros que tinham acesso ao crédito eram obviamente aquelas que facilitavam o transporte de gado - perto das estradas - e também de fácil acesso à várzea (pois o sistema de rotação continuava sendo aplicado, pelo menos com uma parte do gado).

Contudo, esqueceram-se de um detalhe: estas áreas constituíam a fonte de

subsistência dos pequenos camponeses desta microrregião, tanto a nível da pecuária como da agricultura, e a história se repete. Os camponeses não têm suas terras tituladas e os fazendeiros põem em prática as velhas "táticas" para "adquirir legalmente" as terras: queimando os cultivos ou soltando o gado nas terras cultivadas. Quanto melhor a localização das terras que os fazendeiros conseguiam titular, maior a possibilidade de obter os créditos bancários.

Hoje as oportunidades de subsistência e de renda dos camponeses expulsos decresceram. As terras disponíveis, longe das estradas, aumentaram as dificuldades e os custos de venda da produção agrícola. Até 1980, pelo menos 10 fazendas reivindicavam áreas totais de até 14.000 hectares cada uma. Em todos os casos as propriedades se constituíram sobre a base de expulsão de posseiros. Em cada caso estima-se que as famílias expulsas oscilam entre 40 a mais de 100 por cada propriedade constituída por mais de 4.000 hectares.

Uma vez mais constata-se um efeito concentrador de terras e de renda provocado pelo avanço dos planos oficiais que determinaram e produziram uma nova região onde os conflitos se reproduzem e crescem na medida que aumenta a desigualdade.

### c) A influência do capital estrangeiro

Paralelamente ao impulso migratório de colonos sem terra promovido por estas políticas, se observa desde 1960 um avanço marcante de compras de terras por parte de pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras. Esta situação gerou tanta inquietação a nível da opinião pública que deu origem à formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que atuando entre agosto de 1967 e junho de 1968, chegara às seguintes conclusões:

- Em 1968, 12.943.947 hectares se encontravam em poder de estrangeiros concentrados em seis unidades da federação.
- Destes 12.943.947 hectares, 54% se achavam situadas nos estados do Pará, Roraima, Amazonas, Mato Grosso e Goiás. Os 46% restantes correspondiam ao estado da Bahia(21)

Este resultado foi caracterizado de "parcial" pela própria Comissão, que carecia de informação para efetuar um estudo mais rigoroso.

Segundo o relatório da CPI: "...A impressão tida (ao examinar em um mapa a localização dos imóveis de estrangeiros) é a da formação de um cordão isolando a Amazônia do resto do país...". Não se pode esquecer que estas afirmações eram efetuadas por autoridades e funcionários que faziam parte de um regime ditatorial.

Visando solucionar esta situação, em 1971, foi promulgada a Lei 5.709 que mais do que regulamentar a aquisição de terras por parte de empresas estrangeiras, na verdade passou a legitimá-la. Estabelecia entre os seus principais itens:

- que os imóveis rurais de empresas estrangeiras não podiam ultrapassar 25% da superfície do município em que se encontravam;
- que no caso de empresas estrangeiras da mesma nacionalidade o limite caia para 10% dentro do mesmo município.

A lei não contemplava o caso em que uma mesma empresa estrangeira resolvesse adquirir 10% da área aproveitável de cada um dos municípios do território brasileiro (22).

Por outra parte, pela lei 6.404 (referente à radicação de capital estrangeiro no Brasil) a empresa estrangeira pode operar no Brasil tanto como pessoa jurídica estrangeira, como pessoa jurídica nacional, sendo que para poder operar no primeiro caso a empresa precisa de autorização prévia e no segundo não.

Assim, o cadastramento rural feito pelo INCRA em 1972 só registrou em todo o país 244 imóveis pertencentes a empresas estrangeiras. O serviço de Processamento de Dados (SERPRO) que processa as informações do INCRA, revisando o próprio levantamento do INCRA, chegou a constatar a existência real de 1758 imóveis pertencentes a estrangeiros. Só um exemplo basta para explicar esta diferença: a Companhia Vale do Rio Cristalino, publicamente conhecida como pertencente à Volkswagen do Brasil (filial da Volkswagenwerk AG - Empresa multinacional alemã) ao preencher o cadastramento rural, tinha se declarado EMPRESA NACIONAL (23). Com o intuito de aperfeiçoar o controle, no cadastro rural de 1978, as empresas tiveram a obrigação de declarar o nome dos acionistas das empresas. (Para maiores dados sobre a penetração do capital estrangeiro na região, ver anexos).

Para se ter uma idéia das vantagens que isto significou para o avanço gratuito dos capitais estrangeiros na Amazônia, serão citados somente três exemplos que considerados demonstrativos desta situação:

NOME DA EMPRESA NO BRASIL	CONTROLE	ORIGEM DO CAPITAL	AREA(ha)	EST	RECURSO PROPRIO	INCENT. SUDAM	ANO
Cia.Vale do R.Cristalino	Volks	Alemanha	140.000	PA	38,8	116,4	74
Agropecuaria Suia-Missu	Liqui-farm	Italia	67.000	MT	85,8	257,6	76
Cia.Agropecu- aria do Para	King- Ranch Swift Armour	EUA/Canada	163.000	PA	45,2	126,8	76

NOTA: Os itens Recurso Próprio e Incentivo SUDAM estão em milhões de cruzeiros. E o item ano, refere-se ao ano de aprovação do projeto.

Segundo dados recolhidos até 1972, a capacidade de penetração do capital estrangeiro na região Norte no setor agrícola, em relação à área dos estados, tem sido uma das mais intensas (3,8%). Constatou-se o caso extremo do Território do Amapá onde 66,7% do total dos imóveis e 36,6% da área agrícola se encontravam em mãos de pessoas jurídicas estrangeiras (24).

Segundo um estudo da FAO efetuado em 1976 (Production Yearbook-1976), transportando a quantidade de imóveis pertencentes a pessoas jurídicas estrangeiras no Brasil naquele ano, eles abrangeriam uma área superior à totalidade dos imóveis da Bélgica, Dinamarca, Grécia, Holanda, Suécia e Suíça. Sendo também que 70% desta área estavam concentrados nos estados de Mato Grosso e Pará e no Território do Amapá (para maiores dados consultar